



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Portel



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Portel x RI Marajó x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Portel x RI Marajó x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Portel x RI Marajó x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Portel x RI Marajó x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Portel (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza em Portel iniciou 2019 em 59,5%, recuou ligeiramente para 57,3% em 2020 e manteve-se praticamente estável em 2021 com 57,1%. Em 2022, apresentou uma expressiva redução para 52,1%, sugerindo uma breve melhora nas condições socioeconômicas. No entanto, houve uma forte reversão em 2023, com aumento para 61,9%, superando até mesmo os níveis de 2019. Esse comportamento instável revela vulnerabilidade no enfrentamento da pobreza local. A Região de Integração do Marajó teve taxas persistentemente eleva-

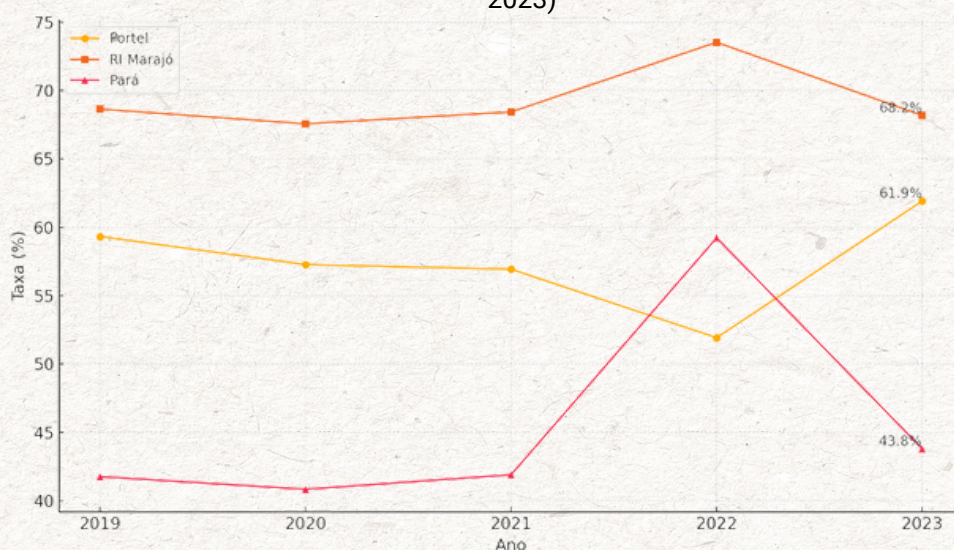
das: 68,5% (2019), 67,6% (2020), 68,5% (2021), 73,8% (2022) e 68,2% (2023), sem grandes oscilações (Gráfico 1).

No estado do Pará, a taxa permaneceu em patamares bem mais baixos, começando em 41,8% (2019), diminuindo para 40,7% (2020), e subindo discretamente em 2021 (41,9%). O pico ocorreu em 2022, com elevação abrupta para 59,4%, reflexo provável dos impactos da pandemia, seguido por queda para 43,8% em 2023. Em contraste com o Pará, Portel e sua região apresentaram crescimento da po-



breza em 2023, quando o estado já apresentava sinais de recuperação. Isso indica que a retomada econômica foi desigual, e que áreas mais isoladas, como o município e sua RI, ainda enfrentam maiores dificuldades para reduzir a pobreza. A diferença entre os níveis também evidencia disparidades territoriais relevantes no Pará (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 61,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

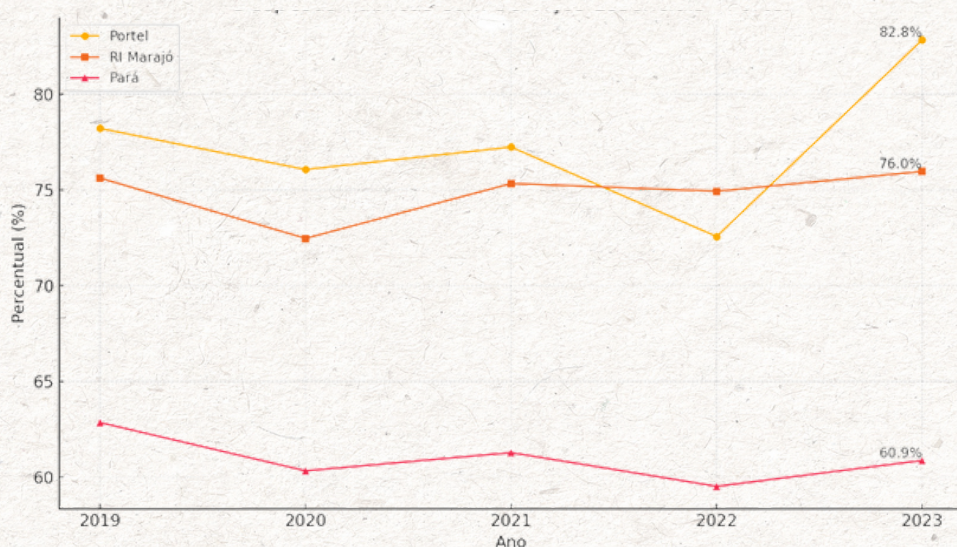
Em Portel, as despesas públicas com serviços essenciais começaram em 78,4% do total em 2019, caíram para 76,2% em 2020 e recuperaram ligeiramente em 2021, atingindo 77,5%. O ano de 2022 apresentou uma queda mais expressiva, com o percentual chegando a 72,6%, o menor da série. Em 2023, o município registrou um forte crescimento para 82,8%, indicando reforço na priorização orçamentária para áreas fundamentais como saúde, educação e assistência. A RI do Marajó, por sua vez, oscilou entre 75,7% (2019), 72,6% (2020), 75,2% (2021), 74,9% (2022) e 76,0% (2023), com relativa estabilidade e níveis consistentemente altos (Gráfico 2).

Já o estado do Pará operou em patamares

mais baixos ao longo do período, com 62,8% em 2019, 60,3% em 2020, 61,2% em 2021, queda para 59,3% em 2022, e leve recuperação para 60,9% em 2023. Essa trajetória revela menor comprometimento proporcional com serviços essenciais, em comparação com Portel e sua região. A diferença entre os níveis pode indicar um foco estadual mais difuso entre outras áreas orçamentárias. A elevação expressiva em Portel no último ano é particularmente relevante, pois ocorreu simultaneamente ao aumento da pobreza, sugerindo uma possível resposta do poder público local. Isso reforça a importância do acompanhamento da eficiência do gasto e dos seus impactos sociais diretos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

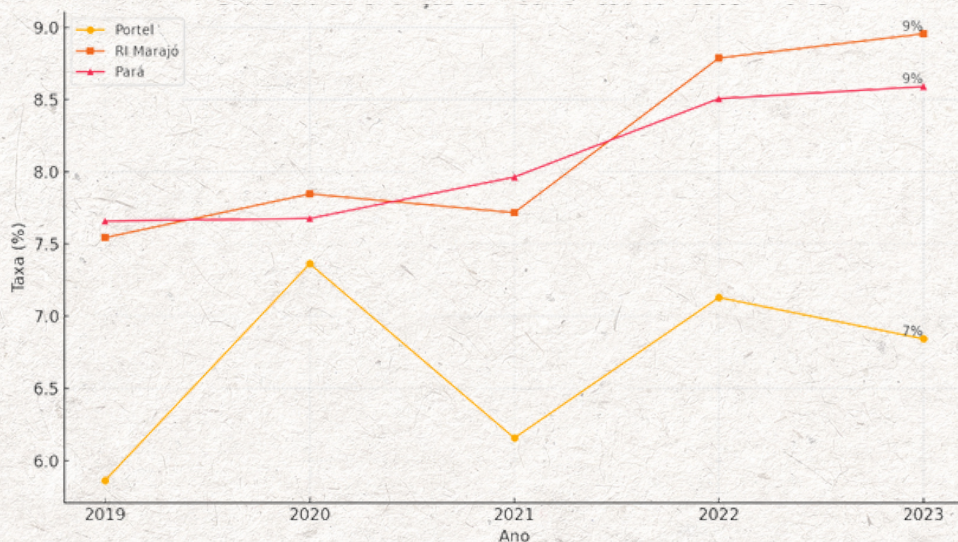
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A taxa de crianças com baixo peso ao nascer em Portel teve um crescimento acentuado de 5,8% em 2019 para 7,3% em 2020, provavelmente refletindo carências nos cuidados pré-natais. Em 2021 houve recuo para 6,2%, porém voltou a crescer nos dois anos seguintes: 7,1% em 2022 e 7,0% em 2023. Apesar das oscilações, o indicador permaneceu acima do nível inicial. A RI do Marajó partiu de 7,6% em 2019 e apresentou variações menores até 2021 (7,9% e 7,7%), mas registrou crescimento expressivo para 8,8% em 2022 e 9,0% em 2023. O aumento sustentado sugere um agravamento das condições de saúde infantil na região (Gráfico 3).

No Pará, o comportamento foi de alta contínua: 7,6% em 2019, 7,7% em 2020, 8,0% em 2021, 8,5% em 2022 e 9,0% em 2023. A progressão sem reversão indica que o fenômeno não é isolado, mas sim uma tendência estadual. A comparação mostra que Portel, embora com níveis abaixo da média estadual e regional, segue uma trajetória de oscilação que merece atenção. A piora contínua nos níveis mais amplos sugere falhas estruturais nas políticas públicas de atenção à gestante e ao recém-nascido. Caso Portel não implemente ações corretivas, corre o risco de se alinhar à tendência estadual de crescimento desse indicador negativo (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

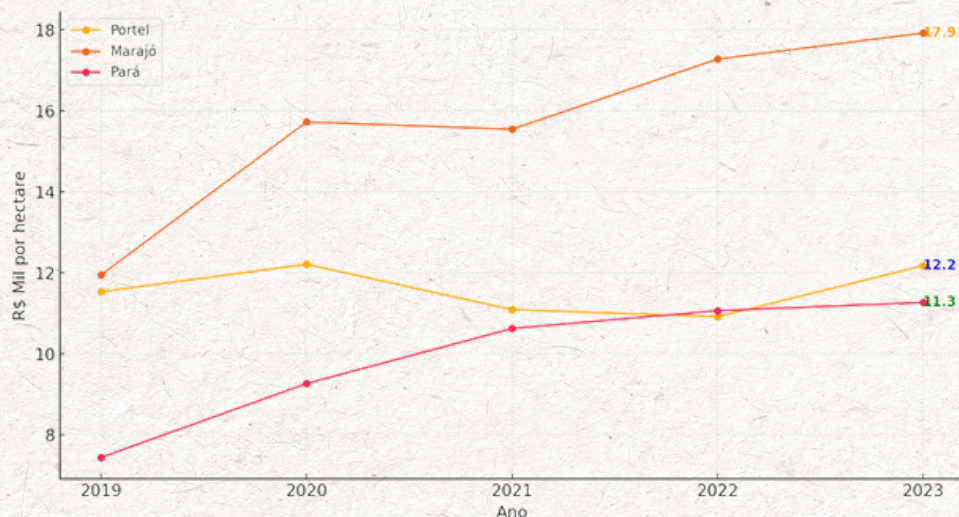
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em 2019, a produtividade agrícola em Portel era de R\$ 11,5 mil/hectare, subindo para R\$ 12,2 mil/ha em 2020. Nos anos seguintes, houve queda: R\$ 11,1 mil/ha em 2021 e R\$ 11,0 mil/ha em 2022, mas o município recuperou o patamar anterior em 2023, voltando a R\$ 12,2 mil/ha. A RI do Marajó teve desempenho superior em toda a série: R\$ 12,0 mil/ha (2019), R\$ 15,7 mil/ha (2020), R\$ 15,5 mil/ha (2021), R\$ 17,2 mil/ha (2022) e R\$ 17,9 mil/ha (2023). Isso indica maior dinamismo e expansão produtiva regional, com evolução praticamente contínua desde o início do período (Gráfico 4).

O estado do Pará teve crescimento mais mo-

derado, partindo de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 até atingir R\$ 11,3 mil/ha em 2023, mostrando avanços importantes, embora ainda abaixo de Portel e da RI. Essa diferença demonstra que, apesar de uma leve perda de competitividade entre 2020 e 2022, Portel mantém boa produtividade, superior à média estadual. A retomada em 2023 pode estar ligada a recuperação de investimentos ou melhoria nas condições logísticas e climáticas. Já o crescimento constante da RI do Marajó evidencia vantagens estruturais mais consolidadas, tornando-a um polo estratégico para o desenvolvimento agrícola no estado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12,2 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

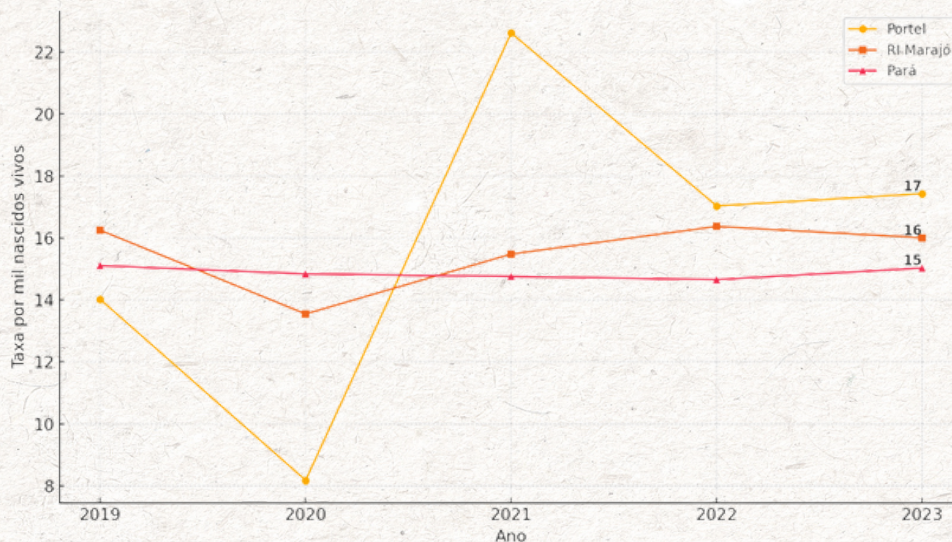
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Em Portel, a taxa iniciou em 14 por mil nascidos vivos em 2019, caindo significativamente para 8,2 em 2020. No entanto, houve um salto expressivo em 2021, atingindo 22,7, o maior valor da série. Nos anos seguintes, o indicador caiu para 17,0 em 2022 e manteve-se nesse patamar em 2023. Na RI do Marajó, os dados mostraram relativa estabilidade, com 16,3 em 2019, 13,6 em 2020, 15,5 em 2021, 16,4 em 2022 e 16,0 em 2023. Já no estado do Pará, os valores oscilaram levemente: 15,0 (2019), 14,9 (2020 e 2021), 14,7 (2022) e 15,0 (2023) (Gráfico 5).

A série revela um cenário preocupante para Portel, com forte oscilação e valores acima da média estadual em quase todos os anos. O pico em 2021 levanta hipóteses sobre falhas nos serviços de atenção à saúde neonatal e pediátrica. Apesar da queda posterior, a mortalidade infantil permaneceu elevada. A RI do Marajó também apresenta taxas superiores às do estado, embora com menor variabilidade. O Pará, por sua vez, mantém relativa constância, refletindo estabilidade nos indicadores de saúde infantil em nível macro. Os dados de Portel sugerem necessidade de intervenções mais consistentes e estruturadas (Gráfico 5).



Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

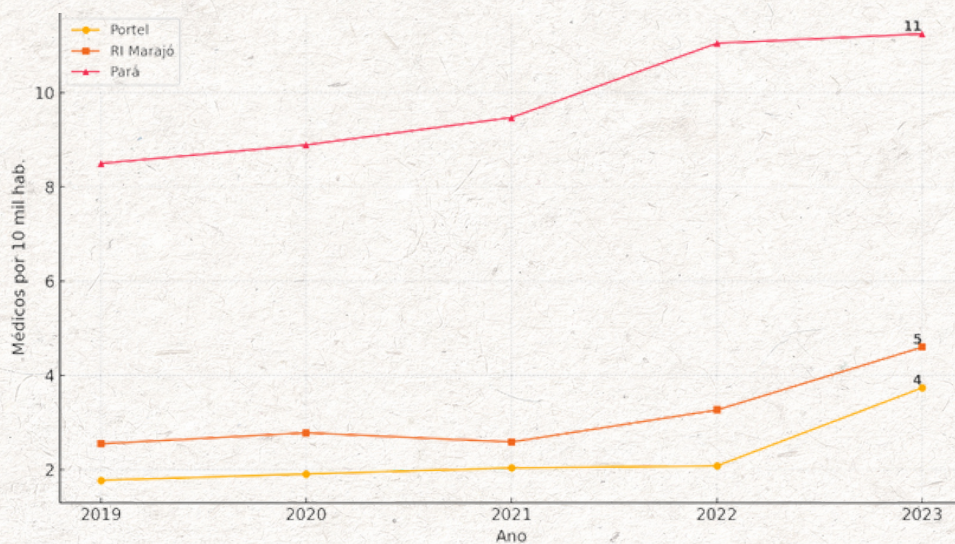
Em Portel, o número de médicos por 10 mil habitantes foi de apenas 1,7 em 2019, subindo para 1,9 em 2020, 2,0 em 2021 e 2,1 em 2022. Em 2023, houve avanço mais significativo, alcançando 4,0 médicos. Na RI do Marajó, os dados também cresceram: de 2,6 (2019) para 2,8 (2020), com leve recuo em 2021 (2,6), seguido de altas em 2022 (3,3) e 2023 (5,0). O estado do Pará mostra patamar bem superior, partindo de 8,5 médicos em 2019 e chegando a 11,0 em 2023, com crescimento contínuo ao longo da série (Gráfico 6).

A análise evidencia uma defasagem histórica no acesso à assistência médica

em Portel e na RI, que possuem densidade médica significativamente inferior ao estado. Embora o crescimento entre 2022 e 2023 em Portel indique esforço de ampliação da cobertura, o nível ainda está distante do ideal. O Pará, por outro lado, mantém crescimento estável, sugerindo políticas de interiorização da saúde com maior alcance em áreas urbanas. A baixa presença médica nos territórios analisados pode influenciar negativamente em indicadores como mortalidade infantil. O desafio regional está em ampliar, reter e distribuir equitativamente esses profissionais (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.**

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Portel iniciou 2019 com 309 vagas por mil habitantes, caindo para 299 em 2020, subindo para 303 em 2021 e atingindo pico de 319 em 2022. Em 2023, o total recuou para 295 vagas. A RI do Marajó teve trajetória parecida: 300 (2019), 290 (2020), 304 (2021), 312 (2022) e 284 (2023). No estado do Pará, os números foram menores: 212 (2019), 207 (2020), 209 (2021), 219 (2022) e 198 (2023), mantendo-se sempre abaixo das médias da RI e do município (Gráfico 7).

Observa-se que Portel e sua RI apresentaram melhores índices de cobertura de vagas

ao longo do período, demonstrando maior capacidade de oferta proporcional à população. Contudo, os dados de 2023 indicam queda na quantidade de vagas, o que pode sinalizar estagnação ou retração na expansão do sistema público. O estado, por sua vez, mostra declínio constante, reforçando a tendência de redução da oferta educacional per capita. A análise aponta que, embora o município esteja acima da média, é necessário cuidado com os sinais de retração observados no último ano da série (Gráfico 7).

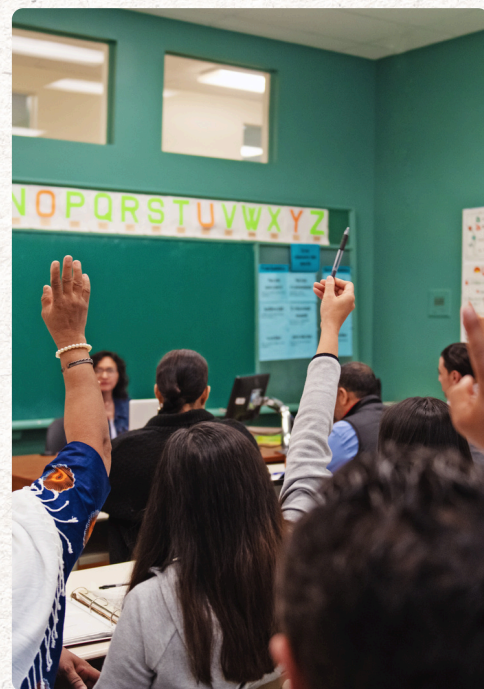
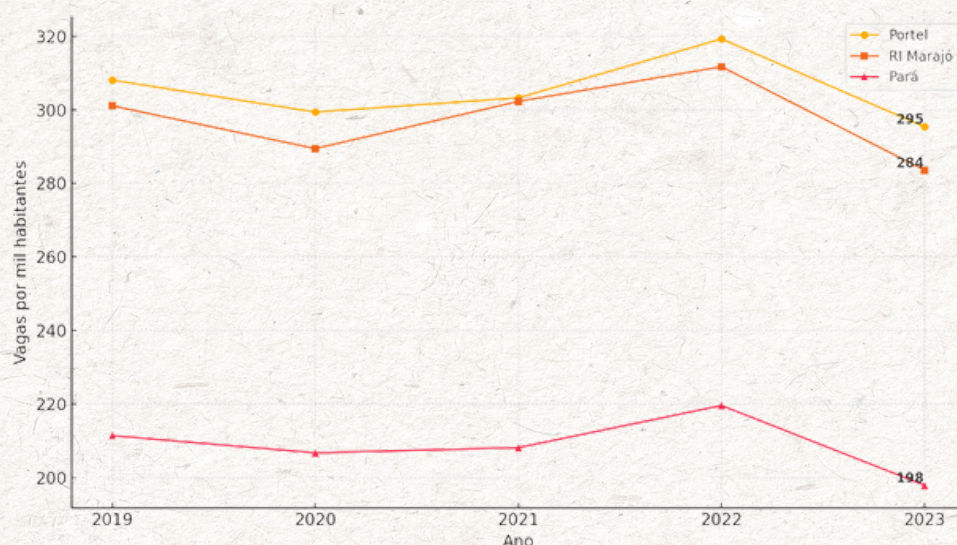


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 295 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

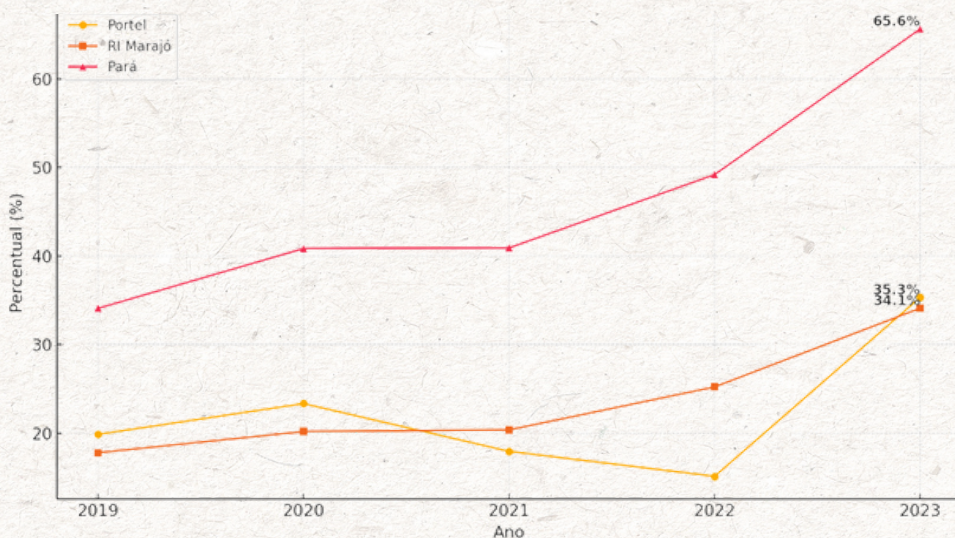
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Portel, o percentual de escolas com acesso à internet era de 19,5% em 2019, crescendo para 23,4% em 2020. Em seguida, houve queda: 18,1% em 2021 e 14,6% em 2022, mas o indicador reagiu em 2023, atingindo 35,3%. A RI do Marajó apresentou progressão mais constante: de 17,5% (2019) para 34,1% (2023), passando por 20,1% (2020), 20,5% (2021) e 25,4% (2022). Já o estado do Pará mostrou crescimento contínuo: 33,9% em 2019 para 65,6% em 2023, dobrando a cobertura em cinco anos (Gráfico 8).

Portel iniciou a série com índices próximos à média estadual, mas enfrentou

retrocessos em 2021 e 2022, recuperando-se apenas em 2023. A oscilação aponta fragilidades na infraestrutura tecnológica escolar do município. A RI do Marajó teve avanço estável, mas ainda insuficiente frente à média do estado. O Pará demonstrou expansão significativa e consistente no acesso à conectividade escolar. A inclusão digital nas escolas é um fator essencial para a qualidade educacional, especialmente após a pandemia. Os dados evidenciam a urgência de políticas direcionadas à universalização da internet nas escolas de áreas mais vulneráveis (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

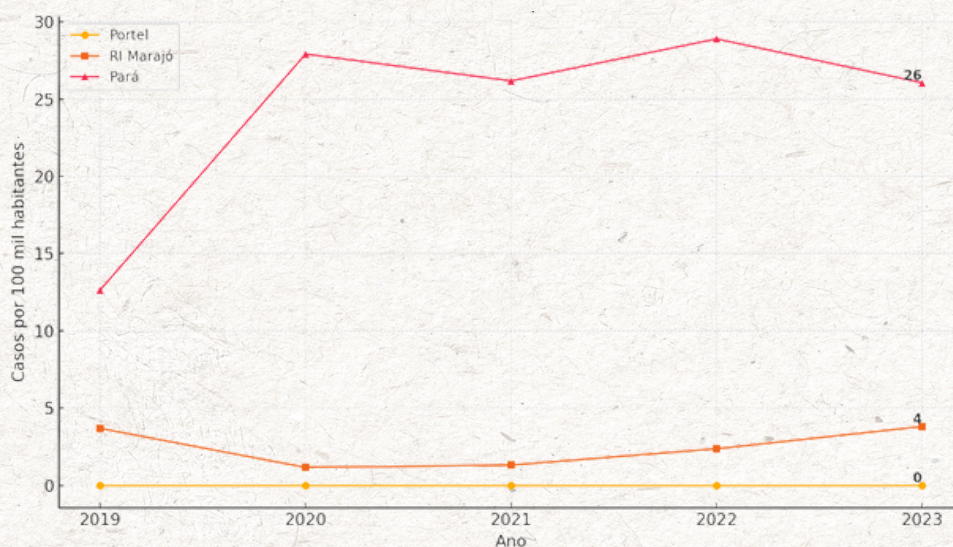


Em Portel, o número de casos registrados de violência contra a mulher por parceiros manteve-se zerado entre 2019 e 2023, o que pode indicar subnotificação e não necessariamente a ausência de violência. Na RI do Marajó, os registros oscilaram: 3,8 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 1,3 em 2020 e 2021, subindo para 2,4 em 2022 e alcançando 3,9 em 2023. Já o estado do Pará apresentou uma alta expressiva: de 12,7 em 2019 para 28,0 em 2020, mantendo-se elevado em 2021 (26,3), 2022 (28,9) e recuando levemente para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



A trajetória estadual revela uma realidade de violência de gênero alarmante, com tendência de crescimento após 2019, possivelmente agravada durante a pandemia. A RI do Marajó apresenta níveis muito inferiores à média estadual, mas ainda crescentes. A ausência de registros em Portel demanda cautela: pode estar relacionada à falta de canais de denúncia, estrutura institucional ou apoio às vítimas. A evolução dos dados no estado mostra a necessidade urgente de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e de ampliação dos mecanismos de proteção e denúncia nos municípios menos estruturados (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

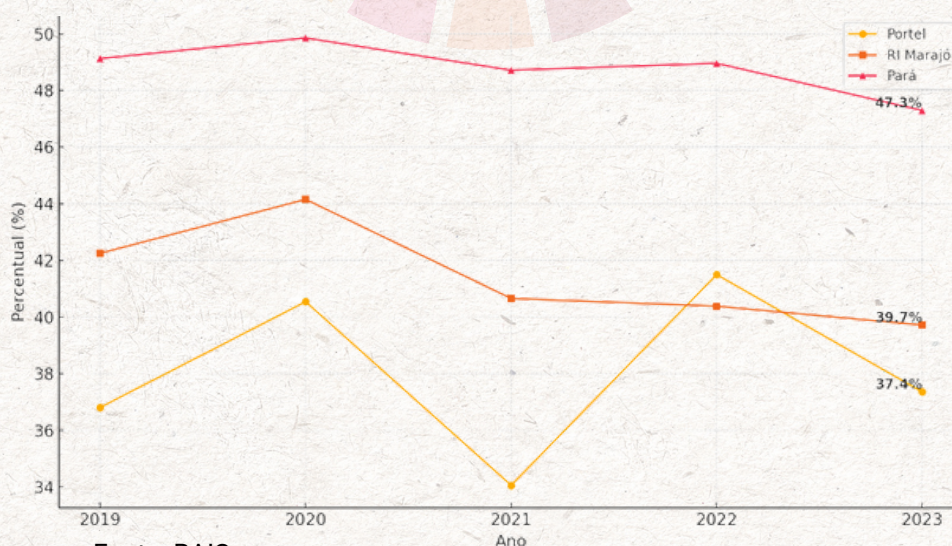
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Portel, o percentual de mulheres em cargos gerenciais variou consideravelmente: 36,9% em 2019, subindo para 40,5% em 2020, caindo para 34,0% em 2021 e voltando a subir para 41,5% em 2022, antes de encerrar 2023 em 37,4%. A RI do Marajó apresentou uma leve queda ao longo do período: de 42,4% (2019) para 44,2% (2020), descendo a 40,8% (2021), 40,4% (2022) e 39,7% (2023). Já o Pará manteve percentuais mais elevados, oscilando positivamente: 49,1% em 2019, 49,7% em 2020, 48,7% em 2021, 49,0% em 2022 e 47,3% em 2023 (Gráfico 10).



A média estadual revela que quase metade dos cargos gerenciais no Pará é ocupada por mulheres, resultado relativamente positivo do ponto de vista da equidade de gênero. Contudo, tanto Portel quanto a RI do Marajó permanecem abaixo dessa média, com variações mais marcantes ao longo dos anos. Os dados de Portel, em especial, mostram certa instabilidade, o que pode indicar fragilidade nas políticas de valorização da liderança feminina. A manutenção de percentuais mais baixos em regiões do interior reforça a importância de ampliar programas de incentivo à ascensão feminina no mercado de trabalho, especialmente em cargos de decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

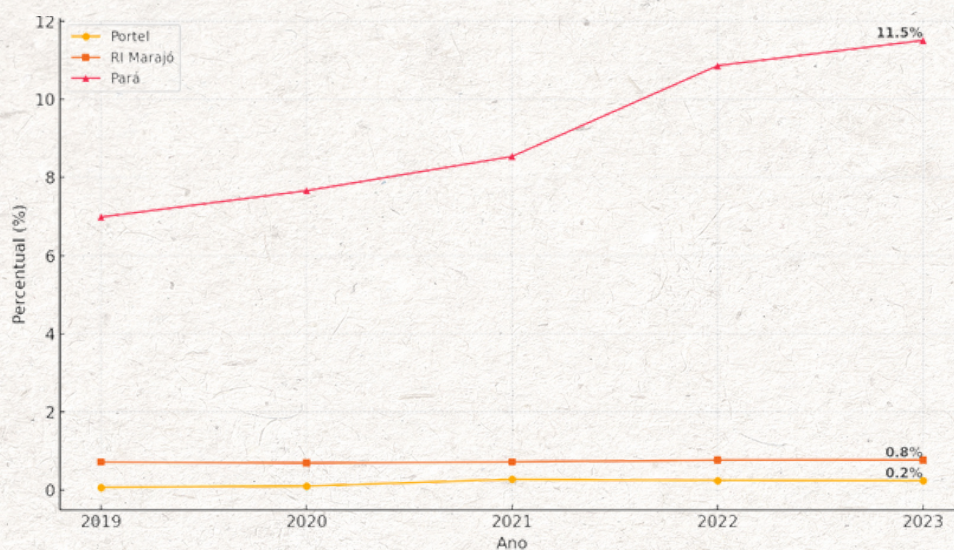
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Portel apresentou índices extremamente baixos de cobertura de coleta de esgoto para a população de baixa renda durante todo o período: 0,0% entre 2019 e 2020, 0,3% em 2021 e 2022, com leve crescimento para 0,2% em 2023. A RI do Marajó manteve-se igualmente baixa, com 0,8% de cobertura em todos os anos, sem avanço. O estado do Pará apresentou melhora gradual: 7,0% (2019), 7,6% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022) e 11,5% (2023), o que evidencia políticas públicas de saneamento em expansão em nível estadual (Gráfico 11).

A enorme defasagem de Portel e da RI em relação ao estado revela a precariedade do saneamento básico entre os mais pobres nas áreas interioranas. A estagnação da RI e o crescimento mínimo em Portel contrastam com os avanços do Pará, indicando desigualdade no acesso a esse serviço essencial. A coleta de esgoto é fator crítico para a saúde pública, especialmente em populações vulneráveis. A persistência de percentuais tão baixos em Portel demonstra a urgência de investimentos estruturantes em infraestrutura sanitária, voltados especificamente à população de baixa renda (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

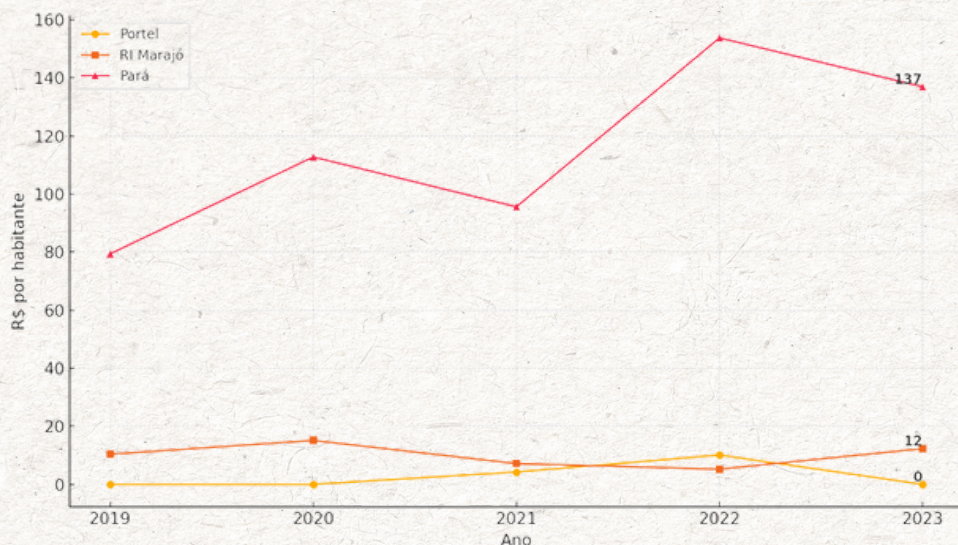
O gasto per capita com saneamento básico em Portel foi nulo em 2019 e 2020, subindo para R\$ 5 em 2021, R\$ 10 em 2022 e retornando a R\$ 0 em 2023, evidenciando grande oscilação e ausência de regularidade no investimento. Na RI do Marajó, os valores foram maiores: R\$ 11 (2019), R\$ 15 (2020), R\$ 8 (2021), R\$ 6 (2022) e R\$ 12 em 2023. O Pará destacou-se com aportes mais robustos: R\$ 79 (2019), R\$ 113 (2020), R\$ 96 (2021), pico de R\$ 151 em 2022 e recuo para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

O padrão de investimento em Portel revela descontinuidade,

o que prejudica a sustentabilidade de políticas públicas voltadas ao saneamento. Mesmo a RI apresentou valores baixos e pouco estáveis, reforçando a carência estrutural da região. Em contrapartida, o estado do Pará manteve aportes consideráveis, com tendência geral de crescimento, ainda que com leve retração no último ano. A comparação mostra que, enquanto o estado tem avançado, municípios como Portel continuam com investimentos muito aquém do necessário, comprometendo a universalização do saneamento e o cumprimento de metas de saúde pública e dignidade urbana (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



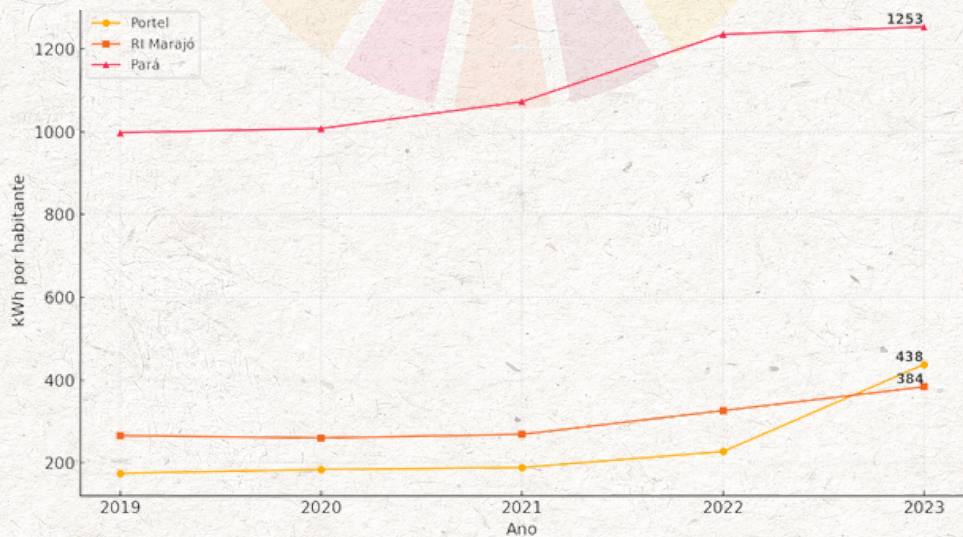
Em Portel, o consumo per capita de energia elétrica era de 165 kWh/hab. em 2019, subindo para 172 em 2020 e 181 em 2021. Houve crescimento mais acentuado em 2022, atingindo 232 kWh/hab., e em 2023 o consumo alcançou 438 kWh/hab. Na RI do Marajó, os valores evoluíram de forma mais estável: 266 (2019), 260 (2020), 270 (2021), 330 (2022) e 384 (2023). O Pará, por sua vez, manteve patamar muito mais elevado: 1.000 kWh/hab. em 2019 e 1.253 em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



Embora ainda abaixo das médias estadual e regional, Portel apresentou forte crescimento no consumo elétrico a partir de 2021. Esse avanço pode estar relacionado à expansão de redes, melhoria de acesso à energia ou aumento do consumo residencial e comercial. A diferença em relação ao estado permanece significativa, com Portel consumindo cerca de 35% do valor médio paraense em 2023. A RI do Marajó, embora mais próxima da capital energética estadual, também registra desigualdades. Os dados refletem avanço, mas reforçam a necessidade de políticas de infraestrutura para reduzir o desequilíbrio territorial no acesso pleno à energia (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 438 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

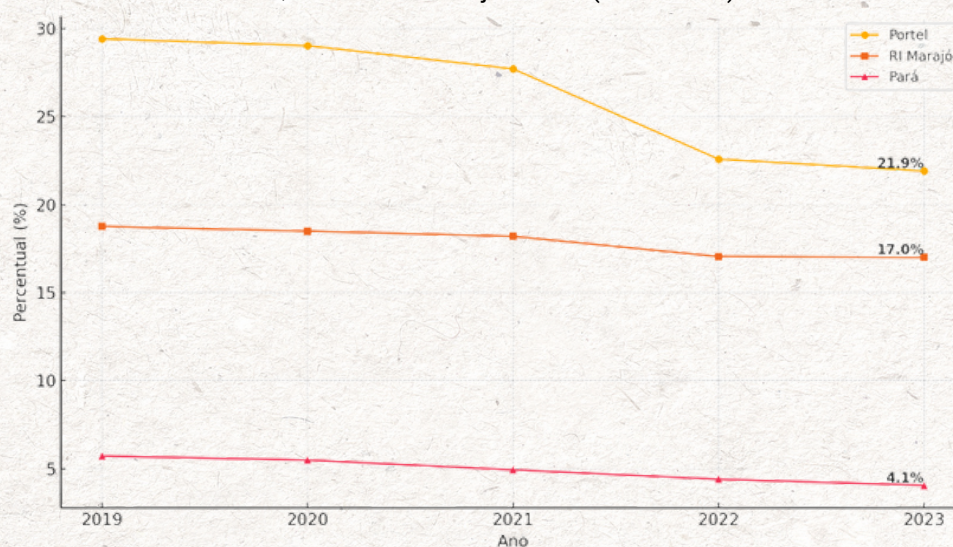
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil em Portel iniciou em 29,4% em 2019, reduzindo-se lentamente para 29,1% em 2020 e 27,8% em 2021. A queda mais acentuada ocorreu nos dois últimos anos: 22,7% em 2022 e 21,9% em 2023. Na RI do Marajó, os percentuais caíram de 18,9% (2019) para 17,0% (2023), enquanto no estado do Pará os números foram muito menores: de 5,8% em 2019 para apenas 4,1% em 2023 (Gráfico 14).

O uso de fontes fósseis para iluminação permanece alto em Portel e na RI, indicando limitações no fornecimento de energia elétrica às famílias mais vulneráveis. Apesar da queda contínua, mais de 1 em cada 5 domicílios de baixa renda ainda depende de querosene, vela ou similares no município. Em contraste, o Pará apresenta situação bem mais favorável, sugerindo que os investimentos em eletrificação não chegaram de forma equitativa às áreas mais remotas. A melhora recente é um sinal positivo, mas ainda há um longo caminho para a universalização da energia elétrica em condições dignas (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.

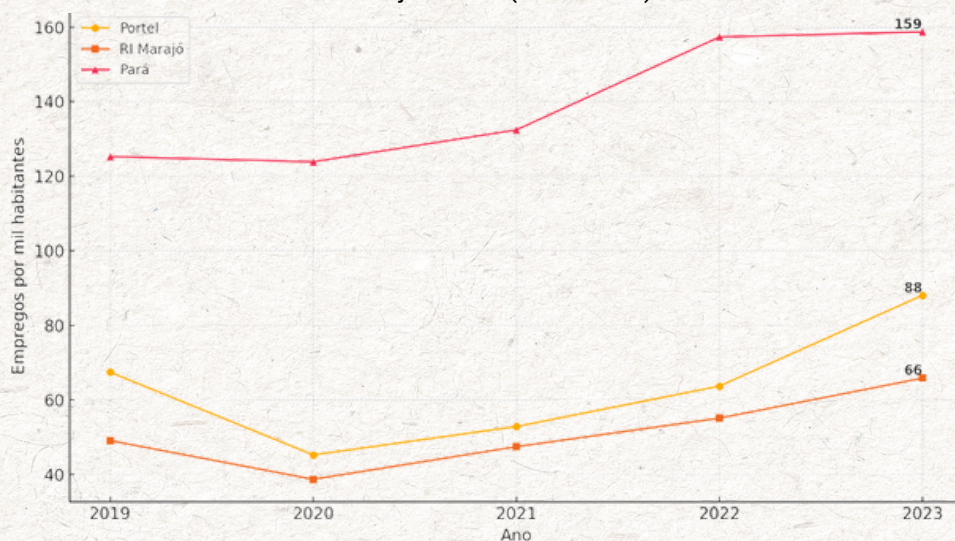


Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Portel, o número de empregos formais por mil habitantes era de 67 em 2019, caindo para 46 em 2020, refletindo os efeitos negativos da pandemia. A partir de 2021, o indicador iniciou uma recuperação gradual: 52 empregos por mil naquele ano, 64 em 2022 e alcançou 88 em 2023. Na RI do Marajó, a trajetória foi semelhante: partiu de 49 em 2019, caiu para 39 em 2020, subiu para 48 em 2021, 55 em 2022 e fechou com 66 em 2023. Já o estado do Pará apresentou os melhores resultados: 126 (2019), 125 (2020), 132 (2021), 158 (2022) e 159 (2023), com crescimento contínuo nos últimos três anos (Gráfico 15).

A comparação evidencia que, apesar do crescimento recente, Portel e sua região ainda apresentam índices significativamente inferiores à média estadual. Em 2023, o número de empregos formais por mil habitantes em Portel (88) representava apenas 55% do valor do Pará (159), indicando que a informalidade ainda é predominante no município. A retomada entre 2021 e 2023 é positiva e mostra resiliência do mercado local. Ainda assim, os níveis reduzidos reforçam a necessidade de políticas de fomento à formalização do trabalho e à atração de novos setores produtivos. A melhora na região do Marajó acompanha a de Portel, o que sugere efeitos positivos regionais, embora ainda distantes dos avanços estaduais (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Portel apresentou PIB per capita de R\$ 14.588 em 2018, caindo para R\$ 12.834 em 2019, subindo para R\$ 14.125 em 2020, R\$ 14.878 em 2021 e alcançando R\$ 16.085 em 2022. A RI do Marajó iniciou o período com R\$ 9.057, passando por R\$ 8.379 (2019), R\$ 9.202 (2020), R\$ 9.824 (2021) e R\$ 10.162 (2022). Já o estado do Pará exibiu crescimento expressivo e contínuo: R\$ 18.958 em 2018, R\$ 20.617 em 2019, R\$ 24.909 em 2020, R\$ 29.758 em 2021 e R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).

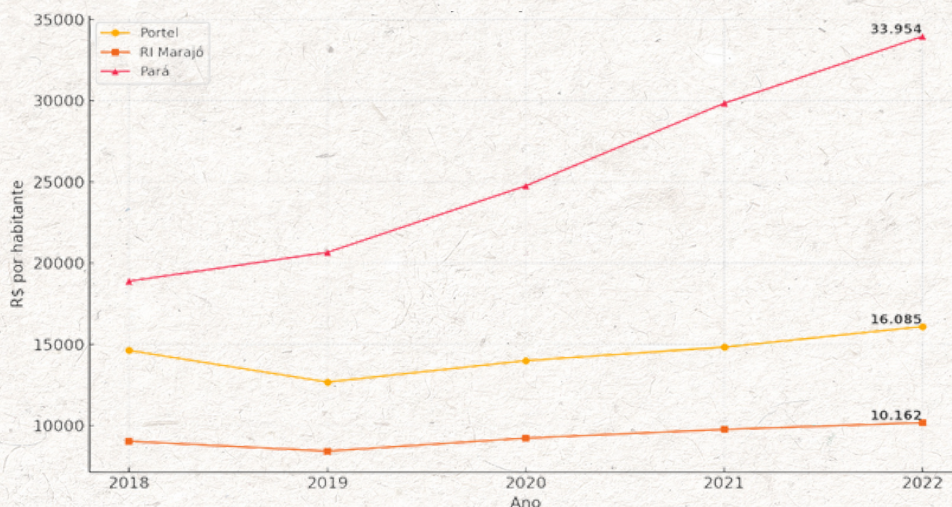
O desempenho do Pará demonstra forte expansão da economia, com um salto de quase 80% no PIB per capita



entre 2018 e 2022. Em contrapartida, Portel teve crescimento de apenas 10,3% no mesmo período, o que evidencia sua baixa inserção nas cadeias produtivas mais dinâmicas do estado. A RI do Marajó teve desempenho ainda mais modesto, com crescimento de 12,2% em cinco anos. A distância entre os valores municipais e o estadual aumentou, indicando uma concentração de riqueza e desenvolvimento fora da região do Marajó. Isso evidencia a necessidade de políticas de interiorização do desenvolvimento econômico, com foco em infraestrutura, qualificação e incentivos à produção local (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Portel x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 16.085/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

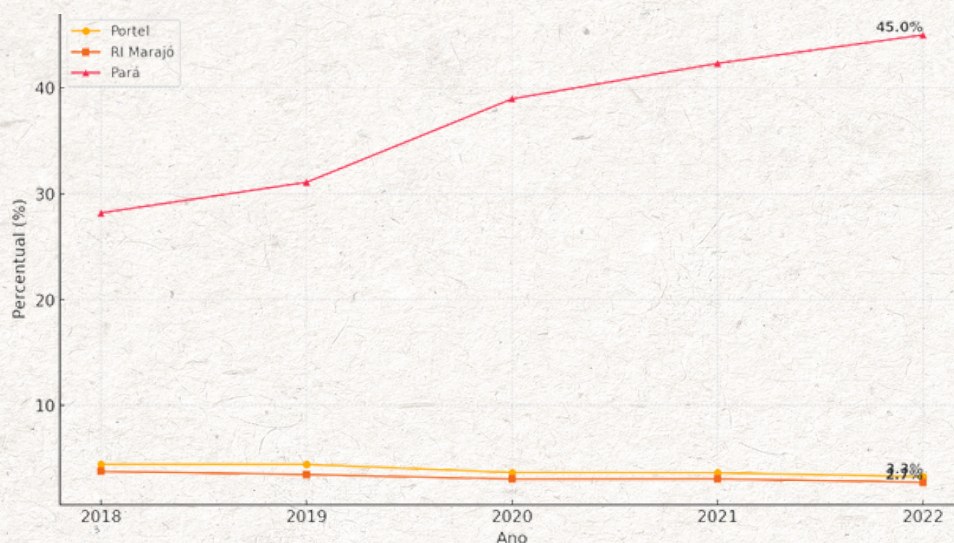


Em Portel, a participação da indústria no PIB manteve-se baixa e oscilante: 4,3% em 2018, 4,4% em 2019, recuando para 3,7% em 2020, subindo levemente para 3,8% em 2021 e fechando em 3,3% em 2022. A RI do Marajó manteve patamares próximos: 3,7% em 2018, 3,4% em 2019, 3,2% em 2020 e 2021, e 2,9% em 2022. Em contraste, o estado do Pará apresentou crescimento acentuado: 28,5% (2018), 31,3% (2019), 38,9% (2020), 42,5% (2021) e atingiu 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

Os dados mostram que a economia industrial do estado se fortaleceu significativamente, enquanto Portel e sua região caminharam na direção oposta, com retração relativa do setor. Em 2022, a diferença entre Portel (3,2%) e o Pará (45,0%) era de quase 42 pontos percentuais. Isso demonstra a forte concentração da atividade industrial em polos específicos, provavelmente associados à mineração e energia. A ausência de dinamismo industrial em Portel limita a geração de empregos qualificados e o aumento do valor agregado local. O fortalecimento da indústria regional depende de políticas de infraestrutura, logística e formação técnica ajustadas à realidade socioeconômica do território (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Portel x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Portel, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes era de 5,7 em 2019, caiu para 4,9 em 2020, e voltou a crescer nos anos seguintes: 5,4 (2021), 6,7 (2022) e 7,0 em 2023. Na RI do Marajó, o índice era de 9,0 em 2019, recuou para 7,1 em 2020, e subiu gradualmente para 8,5 (2021), 10,9 (2022) e 13,0 em 2023. O estado do Pa-



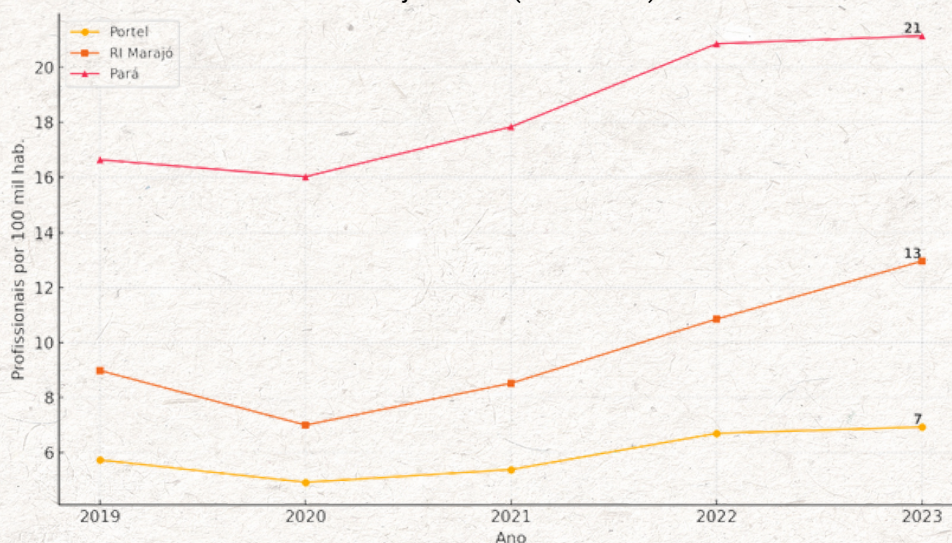
rá teve crescimento consistente: 16,7 (2019), 16,1 (2020), 17,9 (2021), 20,8 (2022) e 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

Apesar do crescimento recente, Portel ainda possui uma das menores densidades de

profissionais da ciência entre os três níveis observados. O avanço gradual é positivo, mas o município registra em 2023 apenas um terço do valor estadual. A RI do Marajó também ampliou sua densidade, ainda que com valores modestos em comparação com o Pará. O crescimento contínuo do estado aponta para fortalecimento de setores técnico-científicos, possivelmente impulsionados por políticas públicas e expansão universitária. Já o desempenho de Portel indica a necessidade de incentivos à formação, fixação e valorização de profissionais com perfil científico-tecnológico (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



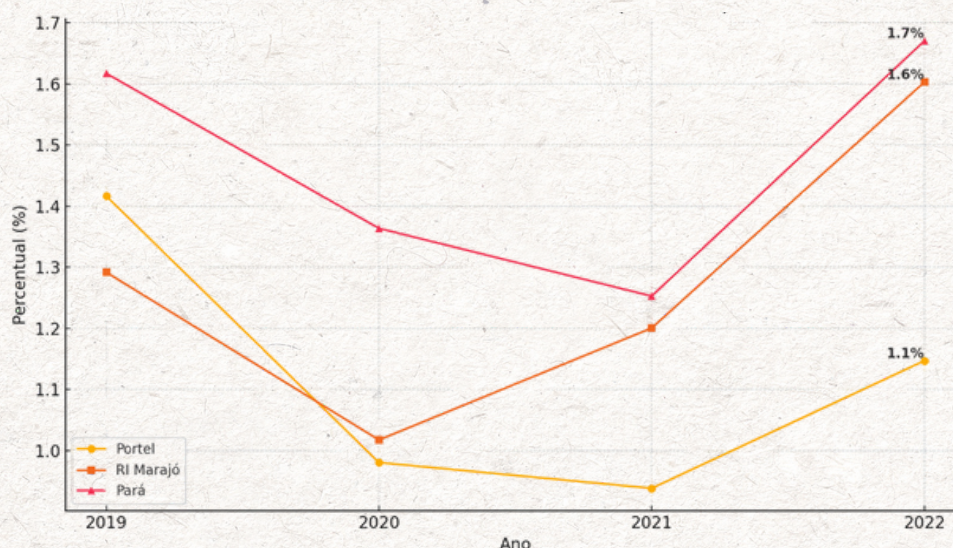
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Portel, a massa salarial dos vínculos formais representava 1,42% do PIB em 2019. Esse percentual caiu para 0,98% em 2020, 0,92% em 2021 e teve leve recuperação para 1,10% em 2022. Na RI do Marajó, os valores também diminuíram entre 2019 (1,29%) e 2020 (1,02%), voltaram a subir em 2021 (1,20%) e cresceram para 1,60% em 2022. O estado do Pará iniciou com 1,62% em 2019, reduziu-se para 1,36% em 2020, 1,25% em 2021 e atingiu 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

A trajetória demonstra que, embora tenha havido recuperação recente, a participação

dos salários formais na economia de Portel ainda é baixa e instável. O Pará e a RI do Marajó não só mantêm percentuais maiores, como também conseguiram retomar os patamares pré-pandemia com mais força. Em Portel, a informalidade e a baixa remuneração média dos empregos formais ajudam a explicar esse desempenho limitado. A expansão do emprego com carteira assinada e melhores condições salariais são caminhos necessários para melhorar a distribuição da renda no município. Além disso, o aumento da massa salarial tende a estimular o dinamismo econômico local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

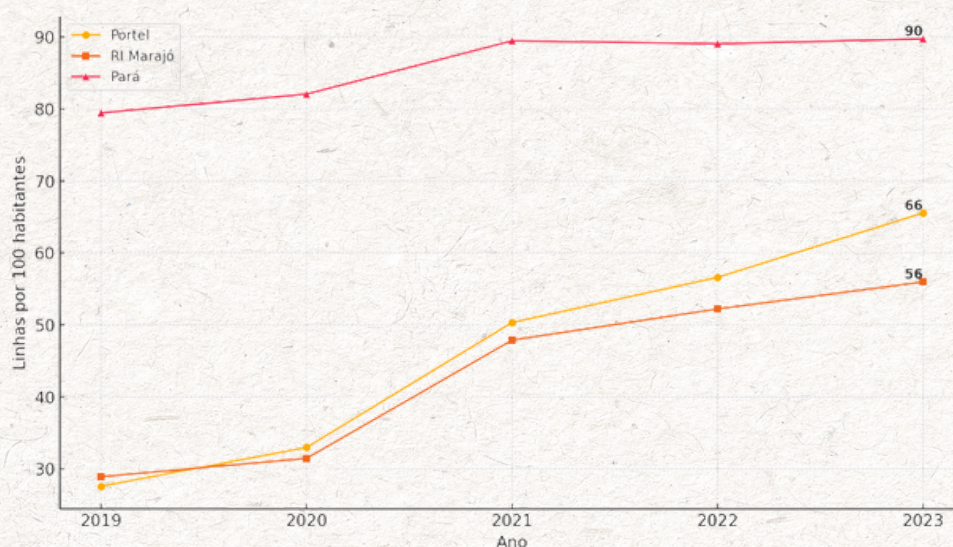
Em Portel, o acesso à telefonia móvel subiu de 27,9 linhas por 100 habitantes em 2019 para 32,6 em 2020, com avanço expressivo em 2021 (49,9), seguido de crescimento contínuo: 56,5 em 2022 e 66,0 em 2023. A RI do Marajó partiu de 28,5 em 2019, subiu para 31,8 em 2020, depois para 47,9 em 2021, 52,5 em 2022 e alcançou 56,0 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, manteve patamar elevado durante todo o período: 79,6 (2019), 82,0 (2020), 89,2 (2021), 88,9 (2022) e 90,0 (2023) (Gráfico 20).

Embora Portel e sua região tenham apresentado crescimento constante no acesso à telefonia móvel, a diferença em relação ao estado permanece significativa. Em 2023, Portel atingiu apenas 73% da taxa estadual, apesar de ter ultrapassado a média da sua RI. Isso indica progressos locais relevantes, mas também revela desigualdade persistente no acesso à conectividade, principalmente em áreas mais remotas. A evolução positiva sugere impacto de investimentos em infraestrutura e cobertura, mas ainda há necessidade de expansão para garantir acesso universal e igualitário (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

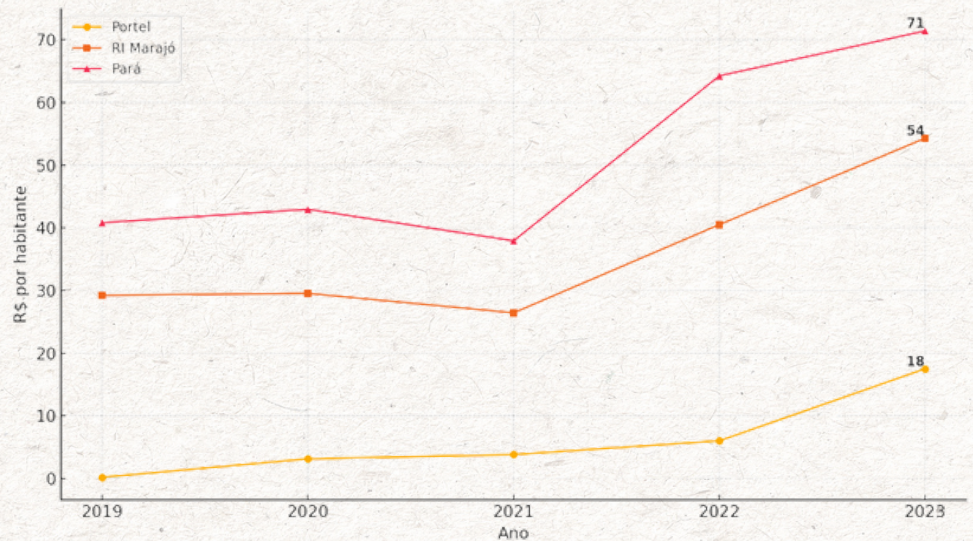
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Portel, os gastos per capita com cultura e meio ambiente cresceram progressivamente: R\$ 0,0 em 2019, R\$ 3,5 em 2020, R\$ 4,5 em 2021, R\$ 6,2 em 2022 e R\$ 18,0 em 2023. A RI do Marajó manteve valores relativamente estáveis entre 2019 (R\$ 29,2) e 2021 (R\$ 26,5), mas apresentou crescimento forte nos anos seguintes: R\$ 40,2 (2022) e R\$ 54,1 (2023). Já o estado do Pará iniciou com R\$ 40,8 (2019), subiu levemente até 2020 (R\$ 42,9), caiu para R\$ 37,9 (2021), mas saltou para R\$ 63,6 (2022) e R\$ 71,1 em 2023 (Gráfico 21).

A trajetória de Portel evidencia uma base de investimento historicamente muito baixa, embora com aumento relevante nos dois últimos anos. Ainda assim, mesmo em 2023, o município gastava cerca de 25% da média estadual por habitante. A diferença em relação à RI e ao estado mostra um hiato significativo no incentivo à cultura e à proteção ambiental, áreas que impactam diretamente a cidadania e o desenvolvimento sustentável. O crescimento recente pode sinalizar mudança de prioridade política, mas requer continuidade e ampliação para gerar efeitos concretos (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



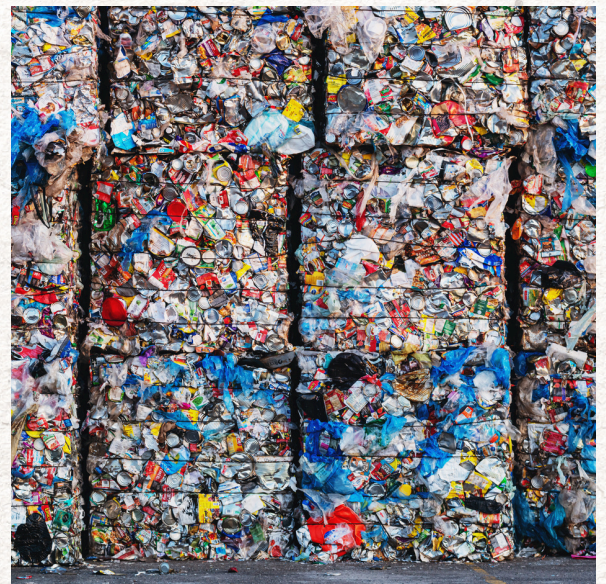
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

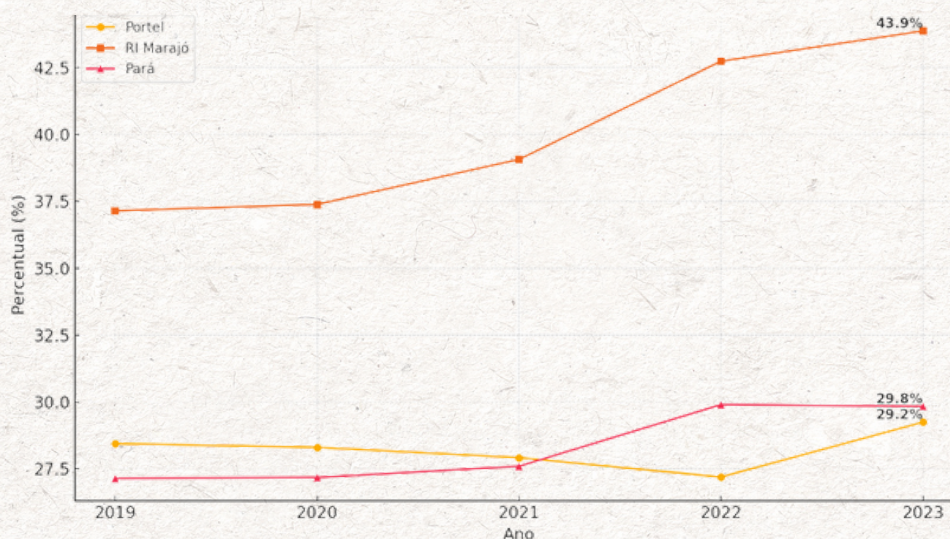


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Portel, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo era de 28,3% em 2019 e se manteve quase estável até 2021: 28,2% (2020), 27,8% (2021). Em 2022, houve leve queda para 27,1%, seguida de aumento para 29,2% em 2023. Na RI do Marajó, os índices são bem mais elevados e crescentes: 37,2% (2019), 37,4% (2020), 39,0% (2021), 42,6% (2022) e 43,9% (2023). O Pará apresentou crescimento mais moderado: 26,9% (2019 e 2020), 27,5% (2021), 29,8% (2022 e 2023) (Gráfico 22).

A análise mostra que o uso de métodos inadequados de descarte de resíduos entre os mais pobres permanece elevado e, em alguns casos, crescente. A RI do Marajó apresenta os piores resultados, refletindo ausência de políticas públicas de coleta e gestão de resíduos sólidos nas áreas periféricas e rurais. Em Portel, embora os percentuais sejam menores, o padrão oscilante indica falta de solução estrutural. A semelhança entre Portel e a média estadual em 2023 reforça a urgência de ampliar a cobertura da coleta pública de lixo nas áreas de vulnerabilidade social (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 29,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

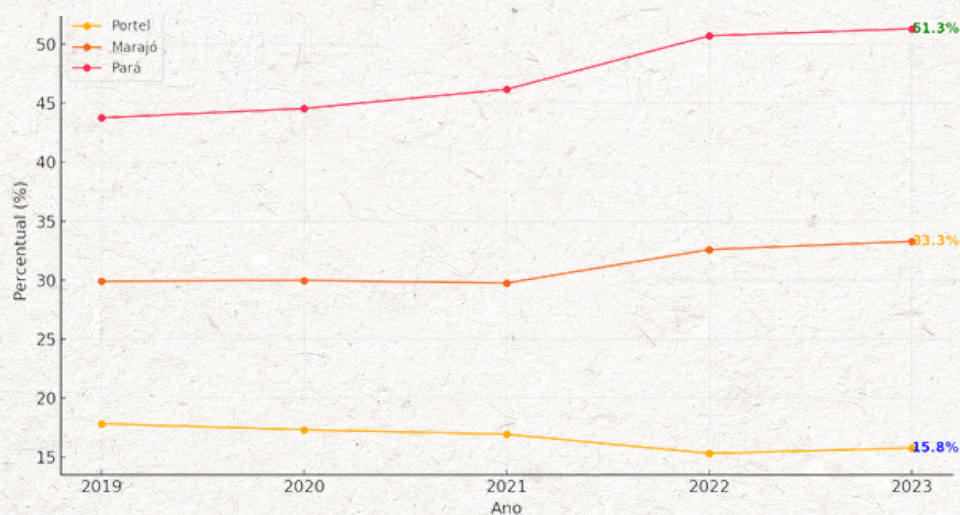
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Em Portel, o percentual de pessoas de baixa renda com fossa rudimentar era de 17,8% em 2019, caindo levemente para 17,3% (2020), 17,0% (2021) e 15,2% (2022), com leve recuperação para 15,8% em 2023. A RI do Marajó apresentou estabilidade entre 2019 e 2021 (cerca de 29,9%), crescendo para 32,3% em 2022 e 33,3% em 2023. O estado do Pará mostrou elevação contínua: 43,7% (2019), 44,4% (2020), 46,0% (2021), 50,6% (2022) e 51,3% em 2023 (Gráfico 23).

Portel apresenta desempenho superior ao

da região e do estado, com os menores percentuais de uso de fossa rudimentar entre a população de baixa renda. A tendência de redução até 2022 indica algum avanço em soluções sanitárias, embora o crescimento em 2023 requeira atenção. A RI e o estado enfrentam um agravamento da precariedade sanitária, com aumento expressivo do uso de fossas inadequadas. Os dados evidenciam que, mesmo com melhores resultados relativos, Portel ainda precisa avançar no acesso universal a sistemas de esgotamento sanitário adequados (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

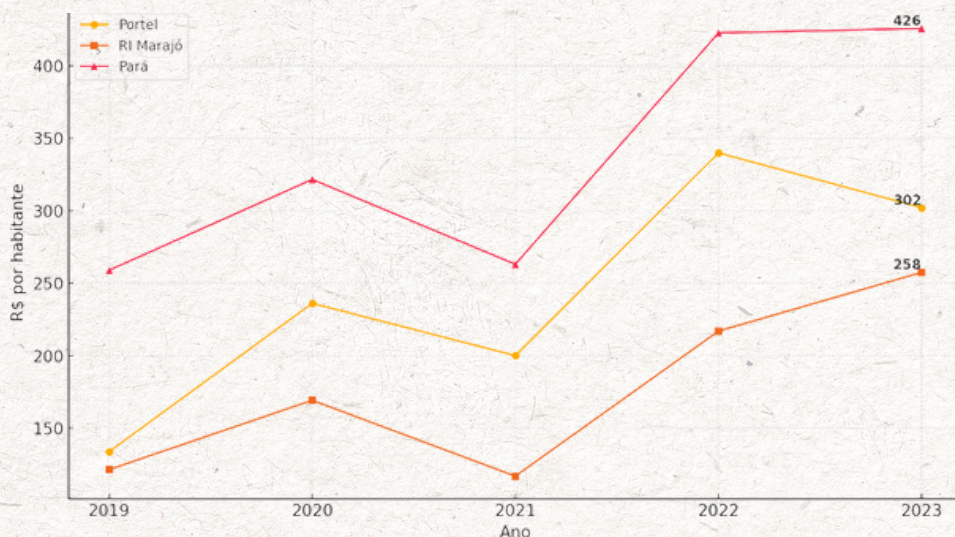
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Portel, os gastos per capita com prevenção de desastres aumentaram de R\$ 134 em 2019 para R\$ 235 em 2020, caindo para R\$ 200 em 2021, depois saltando para R\$ 341 em 2022 e encerrando em R\$ 302 em 2023. A RI Marajó seguiu padrão semelhante, com R\$ 119 (2019), R\$ 169 (2020), queda para R\$ 116 (2021), seguido de alta para R\$ 217 (2022) e R\$ 258 (2023). Já o Estado do Pará registrou crescimento mais robusto: de R\$ 258 em 2019 para R\$ 322 em 2020, recuo para R\$ 263 em 2021, e avanço para R\$ 423 (2022) e R\$ 426 (2023) (Gráfico 24).



A evolução dos dados indica um aumento significativo dos investimentos em prevenção de desastres, principalmente a partir de 2022, em todos os níveis analisados. Portel destaca-se positivamente, superando a média da RI do Marajó em todos os anos e se aproximando do valor estadual. Essa elevação pode refletir maior atenção às vulnerabilidades locais, como enchentes, deslizamentos e eventos climáticos extremos. Apesar disso, as variações de ano para ano evidenciam falta de continuidade orçamentária. A estabilidade e ampliação desses recursos são essenciais para garantir resiliência territorial frente a desastres naturais (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 302/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

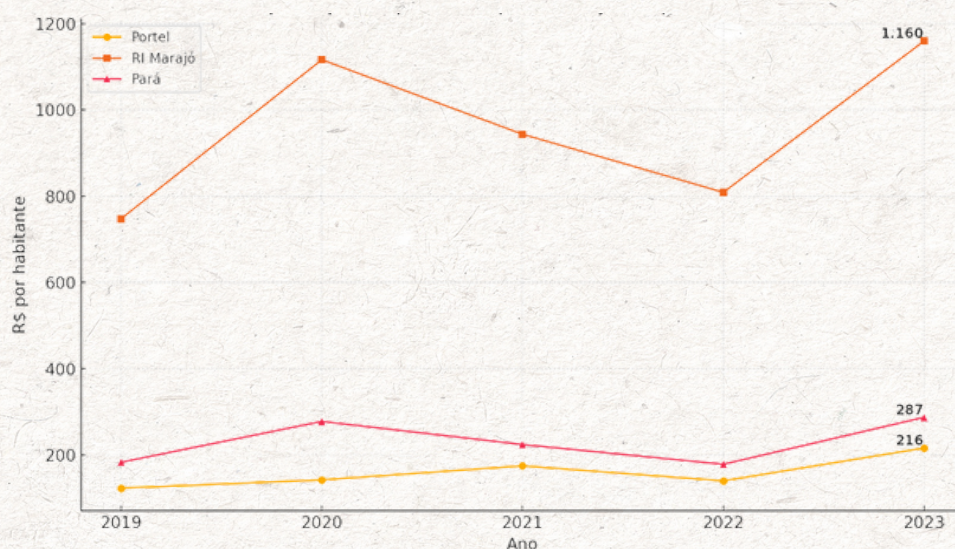
Portel aumentou sua despesa per capita com preservação aquática de R\$ 120 em 2019 para R\$ 137 em 2020, R\$ 174 em 2021, pequena redução para R\$ 145 em 2022, e alta expressiva para R\$ 216 em 2023. A RI do Marajó apresenta valores extremamente elevados: R\$ 753 (2019), R\$ 1.121 (2020), R\$ 942 (2021), R\$ 813 (2022), e R\$ 1.160 em 2023. O Estado do Pará manteve valores mais modestos, mas crescentes: R\$ 180 (2019), R\$ 279 (2020), R\$ 233 (2021), R\$ 181 (2022) e R\$ 287 (2023) (Gráfico 25).

Apesar de Portel ter aumentado seus inves-

timentos, o município ainda está abaixo da média da sua região, que apresenta valores desproporcionalmente altos, possivelmente por causa de projetos estratégicos voltados à conservação dos ecossistemas aquáticos do Marajó. O Estado do Pará mostra tendência de crescimento com flutuações menores. O comportamento positivo de Portel pode refletir políticas locais de valorização de rios, igarapés e recursos hídricos. No entanto, ainda existe um grande espaço para crescimento orçamentário nessa área, vital para a proteção da biodiversidade e da população ribeirinha (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 216/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

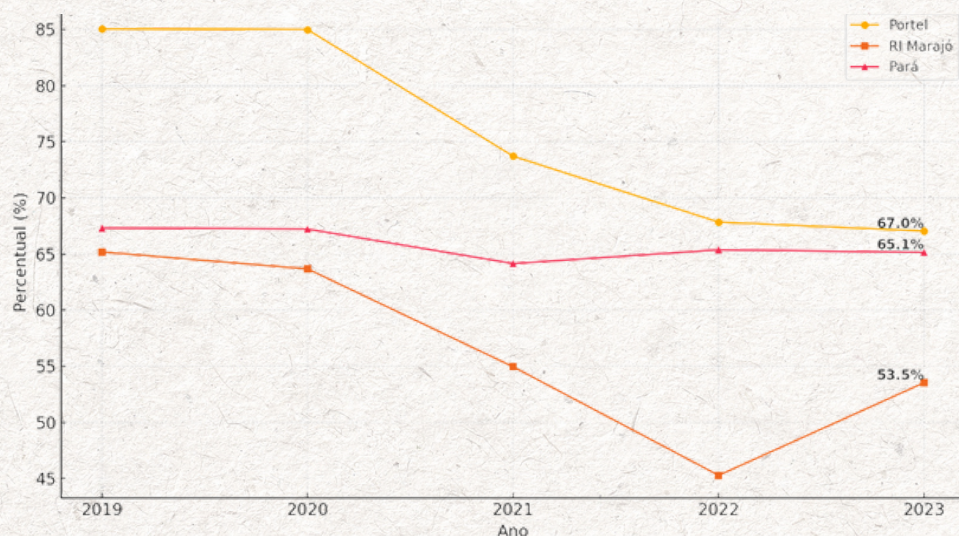
Portel manteve uma cobertura florestal elevada nos dois primeiros anos: 85,0% em 2019 e 2020. A partir de 2021, houve queda expressiva, com 73,8%, diminuindo ainda mais para 67,8% em 2022 e 67,0% em 2023. A RI Marajó acompanhou esse padrão de perda, com 65,1% (2019), 63,8% (2020), 55,1% (2021), queda acentuada para 45,0% (2022), e leve recuperação para 53,5% em 2023. O Estado do Pará, por sua vez, manteve mais estabilidade: variou de 67,2% (2019) para 65,1% (2023), com queda menos acentuada (Gráfico 26).

A redução da cobertura flo-

restal em Portel e na RI Marajó foi significativa, principalmente entre 2020 e 2022, o que aponta para intensificação de atividades de degradação ambiental. Mesmo com uma leve melhora em 2023 na região, os valores ainda estão bem abaixo do início da série. Já o Pará apresenta controle maior da perda florestal, possivelmente por maior estrutura de fiscalização. Portel ainda detém proporção florestal superior à média estadual, mas a tendência negativa é preocupante. Reverter esse quadro exigirá políticas de proteção ambiental, restauração ecológica e controle do uso do solo mais eficazes (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

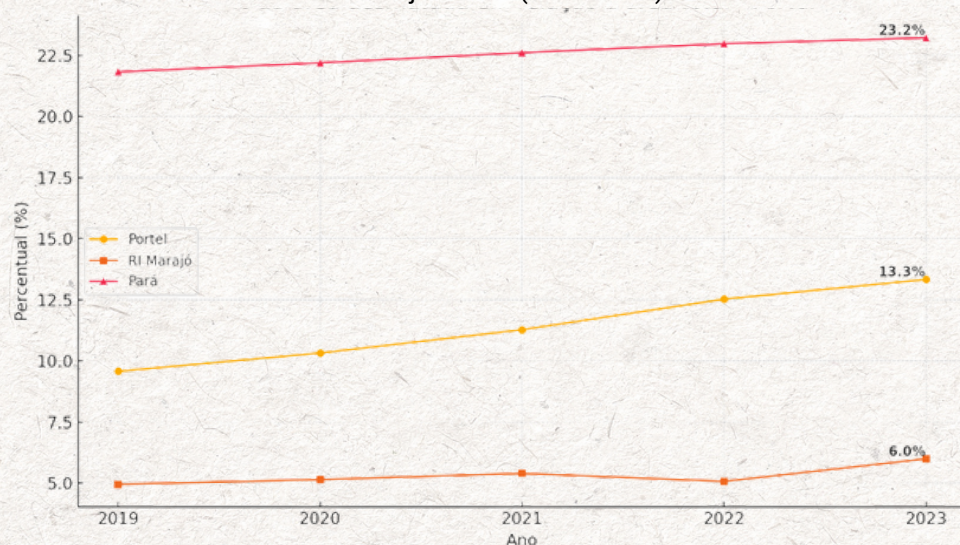
Em Portel, o percentual de área desmatada subiu de 9,5% em 2019 para 10,4% em 2020, 11,4% em 2021, 12,5% em 2022 e alcançou 13,3% em 2023. A RI Marajó apresentou estabilidade entre 2019 e 2022, com variações entre 4,9% e 5,5%, encerrando 2023 com leve alta para 6,0%. O Estado do Pará registrou crescimento contínuo: 21,8% em 2019, aumentando ano a ano até atingir 23,2% em 2023. Apesar de ter menor percentual que o Estado, Portel mostra tendência de alta mais acelerada (Gráfico 27).

A evolução dos dados evidencia que o município tem

enfrentado avanço consistente do desmatamento ao longo dos anos, embora com patamares ainda abaixo da média estadual. Esse ritmo crescente pode indicar pressões locais associadas à expansão agrícola ou exploração de madeira. A estabilidade da RI do Marajó sugere maior controle, mas o aumento recente em 2023 merece atenção. O crescimento contínuo tanto em Portel quanto no Pará reforça a necessidade de reforçar políticas de monitoramento e fiscalizações ambientais. A adoção de estratégias sustentáveis de uso do solo é essencial para frear essa trajetória (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

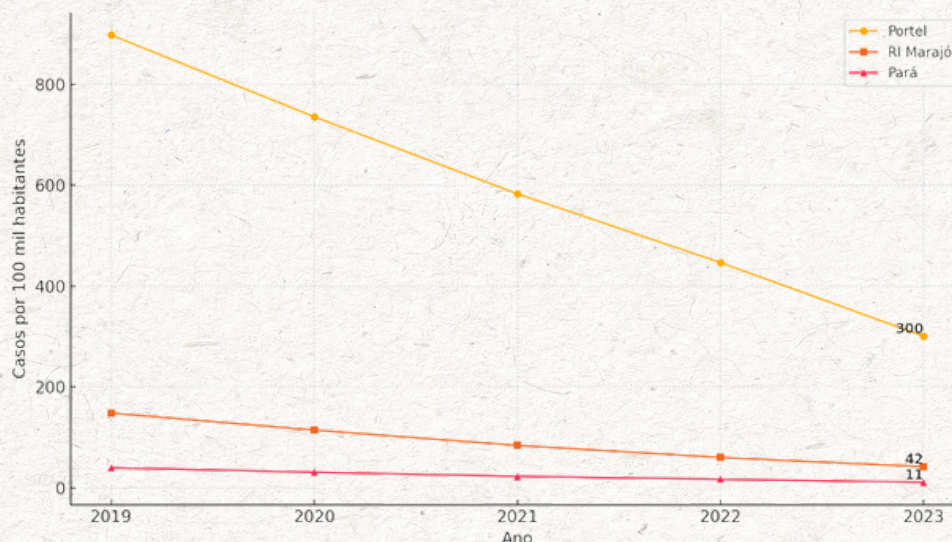
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Portel, o trabalho infantil apresentou queda expressiva, saindo de 897 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 737 (2020), 585 (2021), 450 (2022) e atingindo 300 em 2023. A RI do Marajó também registrou redução, passando de 149 (2019) para 42 casos em 2023. O Estado do Pará manteve níveis bem mais baixos ao longo do período: 38 (2019), 33 (2020), 25 (2021), 17 (2022) e 11 (2023). A tendência de queda foi consistente em todos os níveis analisados (Gráfico 28).

Apesar da melhora, Portel ainda apresenta um número muito superior ao da média estadual em 2023, a taxa do município é quase 27 vezes maior que a do Pará. A diferença também persiste em relação à sua região, refletindo desigualdades locais mais profundas. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas mais incisivas no combate ao trabalho infantil em Portel, com foco em educação, proteção social e fiscalização. A redução obtida é significativa, mas ainda insuficiente diante da magnitude do problema (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 300 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

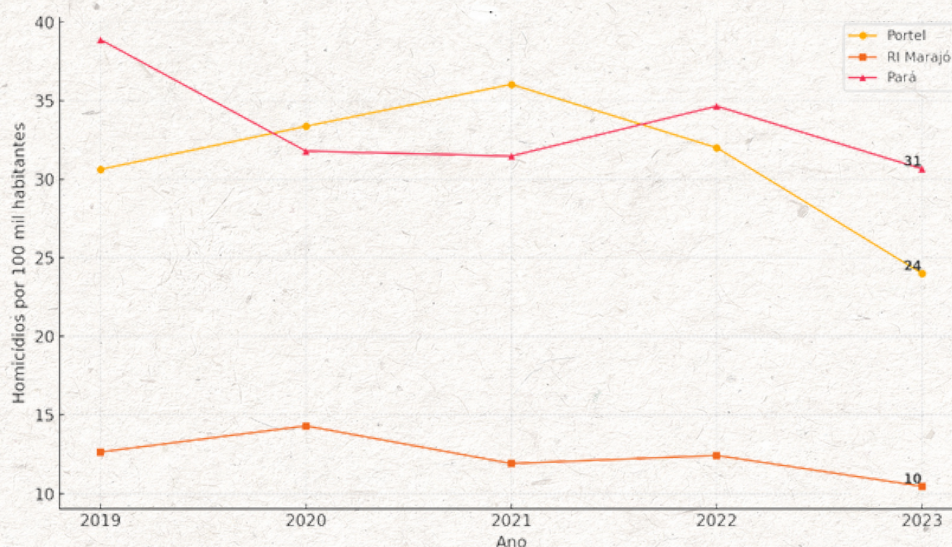
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A taxa de homicídios em Portel iniciou em 30,7 por 100 mil habitantes em 2019, subiu para 33,5 (2020) e atingiu o pico de 36,1 em 2021. Em seguida, caiu para 32,3 (2022) e teve redução acentuada para 24,0 em 2023. A RI do Marajó oscilou de 12,7 (2019) para 14,3 (2020), recuando para 12,1 (2021), 12,6 (2022) e finalizando com 10,2 em 2023. O Estado do Pará começou com 38,9 (2019), caiu para 31,8 (2020), manteve estabilidade até 2022 (34,6) e terminou 2023 com 30,6 (Gráfico 29).

O município de Portel se manteve, durante

quase todo o período, com taxas acima da média estadual e regional, o que evidencia um problema grave de segurança pública local. A queda em 2023 é um sinal positivo, mas o patamar ainda é alto. Em contraste, a RI do Marajó apresenta números consistentemente mais baixos, sugerindo melhores condições de controle da violência em parte do território. A trajetória estadual, embora com oscilações, mostra declínio gradual. A situação de Portel demanda ações contínuas de prevenção à violência, reforço na segurança e inclusão social (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

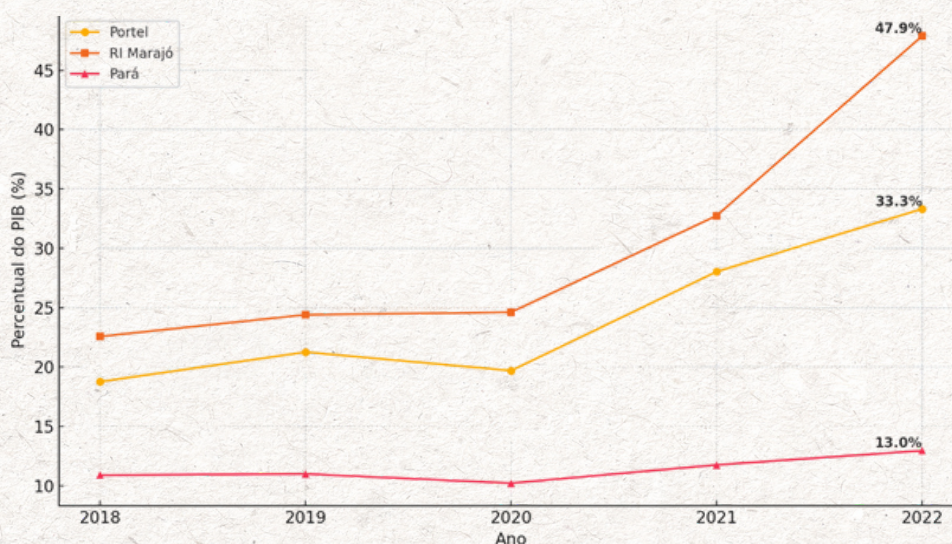


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Portel apresentou crescimento significativo no gasto público em relação ao PIB. Em 2018, o percentual era de 18,8%, subindo para 21,2% em 2019, caindo levemente para 19,8% em 2020. A partir daí, houve aceleração: 28,2% em 2021 e 33,3% em 2022. Na Região de Integração do Marajó, os valores começaram em 22,6% (2018), avançando para 24,4% (2019), mantendo-se em 24,5% (2020), antes de disparar para 32,7% (2021) e 47,9% (2022). O Estado do Pará manteve-se muito abaixo desses níveis, partindo de 10,9% em 2018 e chegando a apenas 13,0% em 2022. A tendência mostra que tanto Portel quanto sua região ampliaram consideravelmente sua atuação pública no período recente (Gráfico 30).

Esse crescimento pode refletir aumento dos repasses constitucionais, ampliação dos investimentos em políticas públicas e efeitos de medidas emergenciais no contexto da pandemia. Em termos relativos, Portel elevou sua participação fiscal no PIB em mais de 75% entre 2020 e 2022, enquanto a RI Marajó dobrou esse percentual no mesmo intervalo. O desempenho do estado, embora crescente, é bem mais moderado, sugerindo uma estrutura econômica mais robusta e diversificada. O avanço em Portel e na região evidencia esforço dos municípios para atender demandas sociais e estruturais, mas também pode gerar pressão sobre a sustentabilidade fiscal local (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Portel x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

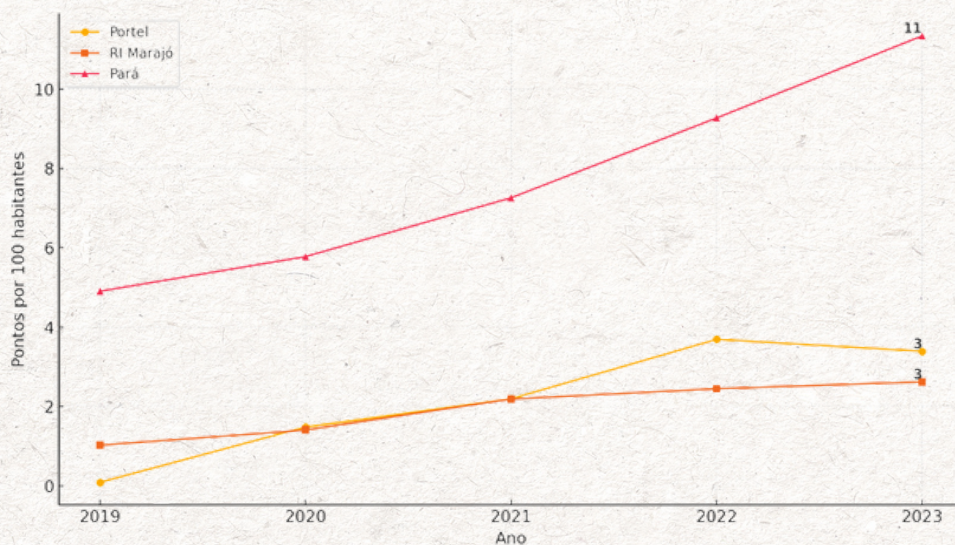
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Portel, o acesso à banda larga fixa iniciou em 0,0 pontos por 100 habitantes em 2019, subindo para 1,5 em 2020 e atingindo 2,2 em 2021. O maior crescimento ocorreu em 2022, com 3,7 pontos, seguido por uma leve retração em 2023, quando fechou o período com 3,3 pontos. A Região de Integração do Marajó apresentou trajetória mais estável, iniciando em 1,1 (2019), avançando para 1,5 (2020), 2,2 (2021), 2,4 (2022) e atingindo 2,7 em 2023. Já o Estado do Pará registrou expansão contínua, com 5,0 (2019), 5,8 (2020), 7,2 (2021), 9,2 (2022) e 11,0 pontos em 2023. Os dados mostram que Portel teve forte avanço até 2022, mas ainda está muito aquém da média estadual (Gráfico 31).

A comparação territorial revela disparidades significativas no acesso à infraestrutura de internet fixa. Em 2023, enquanto o Pará atingiu 11 pontos por 100 habitantes, Portel alcançou apenas 3,3 — o que representa menos de um terço da taxa estadual. A RI Marajó apresenta evolução mais gradual, mas também com desempenho abaixo da média paraense. A leve queda de Portel entre 2022 e 2023 pode refletir estagnação em investimentos locais ou dificuldades de manutenção dos serviços em áreas remotas. Esses dados evidenciam a necessidade de políticas públicas mais robustas de inclusão digital, com foco especial em municípios interioranos (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Portel x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

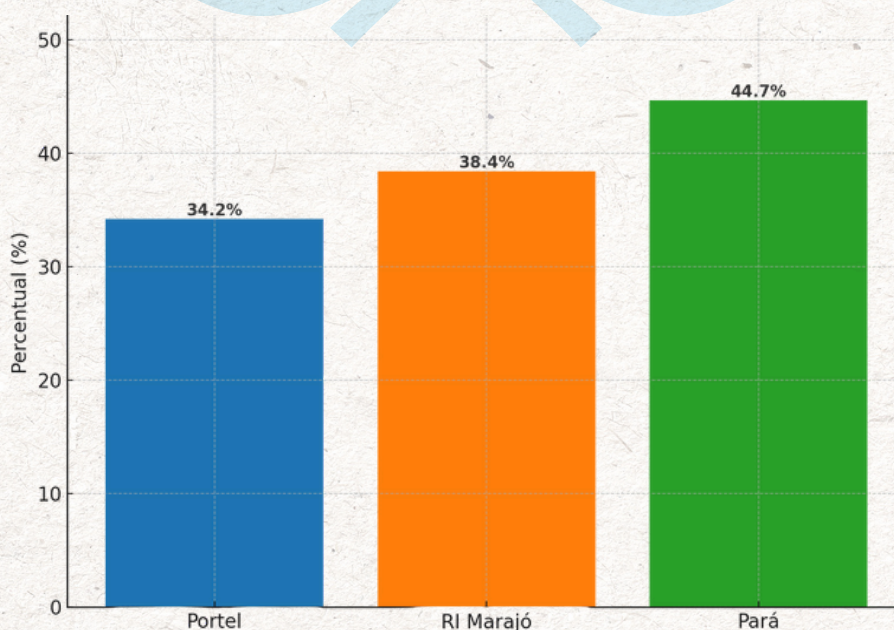
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Portel** registrou um IDS de **34,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Portel x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



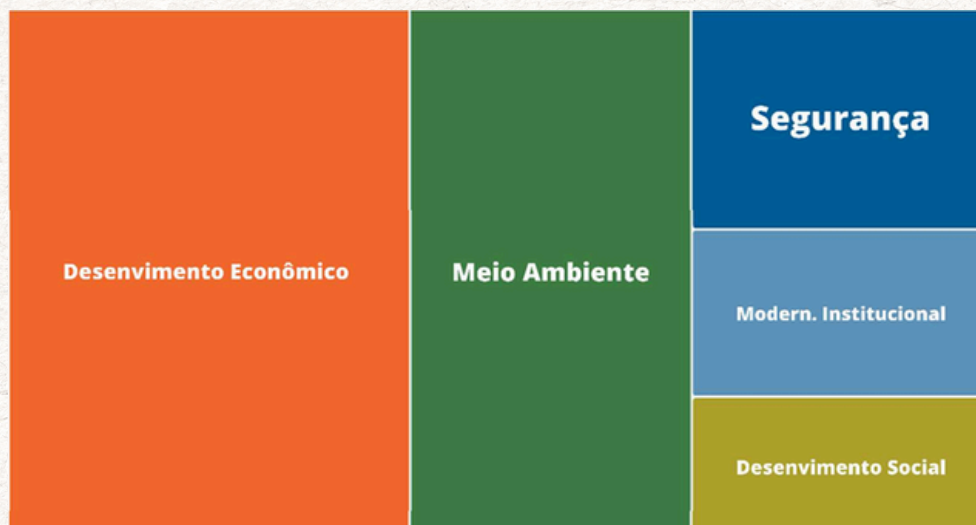
Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



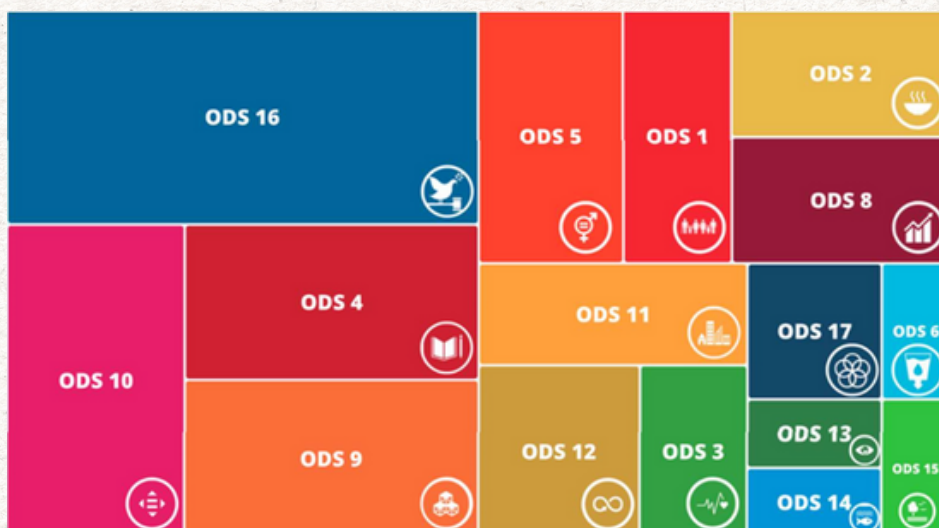
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.


Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.


Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).






Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

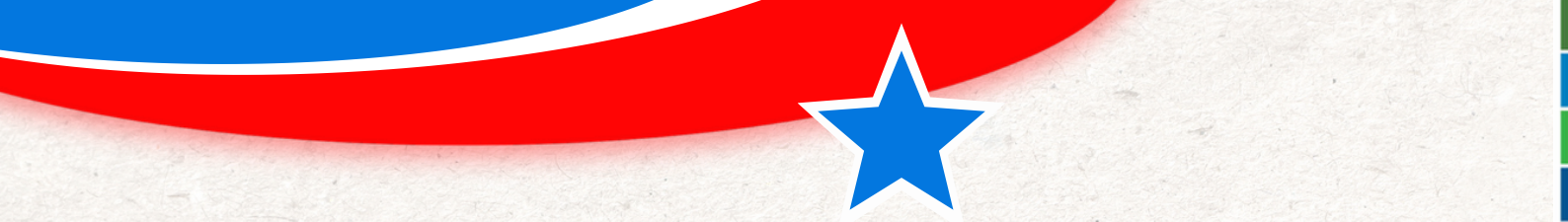
mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-


is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Portel na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Portel e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

